

DANIELLE SOUZA ALINO

A IMPORTÂNCIA DA ETICA NA EDUCAÇÃO

FACULDADE DE TEOLOGIA E CIÊNCIAS

NOVEMBRO/2018

DANIELLE SOUZA ALINO

A IMPORTÂNCIA DA ÉTICA NA EDUCAÇÃO

Monografia apresentada à Faculdade de Teologia e Ciências de Votuporanga - para a obtenção da conclusão do curso de complementação pedagógica na área de licenciatura plena em pedagogia sob a orientação da professora Cléo Palácio.

FACULDADE DE TEOLOGIA E CIÊNCIAS

NOVEMBRO/2018

ALINO, Danielle Souza.

A importância da Ética na Educação /Danielle Souza Alino -
Votuporanga. 2018.

40 p., 30cm.

Coordenação: Denise Palácio; Orientação: Cléo Palácio.

Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura Plena Pedagogia-
Faculdade de Teologia de Ciências, 2018.

Inclui anexo e bibliografia.

1. Ética. I. Título

CDD 0

DANIELLE SOUZA ALINO

A IMPORTÂNCIA DA ÉTICA NA EDUCAÇÃO

Monografia apresentada à Faculdade de Teologia e Ciências de Votuporanga - para a obtenção da conclusão do curso de Licenciatura Plena em pedagogia.

Aprovado: ____/____/____

Primeiro Examinador
Nome:
Instituição: Fatec

Segundo Examinador
Nome:
Instituição: Fatec

Orientadora
Cléo Palácio
Fatec - Faculdade de Teologia e Ciências

Ao nosso bondoso Deus que até aqui nos ajudou, lhe rendemos graça, honra e glória por que grandes coisas tem feito por nós .

Aos nossos pais e amigos, que sempre se doando em todo principalmente com carinho, atenção, paciência, dedicação e cumplicidade; que estiveram sempre ao nosso lado nos ajudando em cada etapa, presenciando os melhores e os piores momentos sem nunca nos deixarem sozinhos. Vocês são a base para que hoje nos alcançássemos nossos objetivos. Sem a presença de vocês, qualquer sucesso, qualquer vitória até aqui não faria o menor sentido.

AGRADECIMENTOS

A minha Mãe e ao meu Marido, que nessa jornada sempre esteve comigo, oferecendo todo o apoio e compreensão para que nossas forças fossem renovadas a cada dia.

Aos professores e coordenadora do Curso em Licenciatura Plena em Pedagogia da Fatec, que disponibilizaram tempo, atenção e dedicação ao desenvolvimento deste trabalho, em especial a professora Cléo Palácio que com sua infindável experiência e capacidade nos proporcionou a sabedoria necessária para que através deste trabalho nossos objetivos pudessem ser alcançados, sempre acreditando em nossa capacidade de transformar esse projeto em uma realidade.

“A tarefa do educador moderno não é derrubar florestas, mas regar desertos”
C.S. Lewis.

RESUMO

Este artigo pretende mostrar, que a ética está em constante mutação, começando a ser discutida na Grécia antiga, como sendo um conjunto de regras locais, até os tempos de hoje, que tomou proporções universais. A ética está no convívio humano para que as relações sejam pacificadas e haja entendimento. E dentro do âmbito da educação a ética também se faz presente por que dentro do campo educacional há uma grande diversidade de seres humanos, desse modo o relacionamento tem que ser cordial pacífico e amigável e a ética proporciona isso.

Desta maneira se a ética se faz presente, o ambiente se torna produtivo e capaz de alcançar os objetivos e o bem comum transformando a vida das pessoas que estão envolvidas.

Palavras-chave: educação, ética, relações, social.

ABSTRACT

The article intends to exhibit who of ethics this in mutation constant begin of exist discuss of ancient Gracie, like used num conjoint from local regulation, up to the period from today who take universal proportion. Ethics is in the human conviviality so that relationships are pacified and there is understanding. And within the scope of education ethics is also present because within the educational field there is a great diversity of human beings, so the relationship has to be cordially peaceful and friendly and ethics provides that.

In this way, if ethics are present, the environment becomes productive and capable of achieving the goals and the common good, transforming the lives of the people who are involved.

Keywords: education, ethics, relationships, social.

INTRODUÇÃO

A ética é um dos assuntos mais antigos e discutidos, por causa das condutas humanas, que as vezes essas condutas acaba chocando uma sociedade por inteiro.

A ética começou a ser analisada e discutida na Grécia, com Sócrates, e depois ele passou seu legado para Platão, no qual eles acreditavam que devesse existir um ponderamento de condutas, para criar a harmonia dentro da sociedade, mas a princípio a ética se misturou com a religião se tornando algo metafísico e teológico, mas com o decorrer do tempo a ética foi evoluindo, e esse elo com a religião foi quebrado com a teoria de Kant que acreditava que ética era simplesmente racional no qual se deu a formação da ética moderna.

Mas nos dias de hoje vivenciamos a ética contemporânea, onde a sua teoria é baseada nos casos e conflitos concretos do dia-a-dia.

A ética contemporânea, acredita que o indivíduo tem de zelar pela justiça, liberdade, solidariedade, igualdade e direitos humanos; para que a dignidade humana fosse possível, mesmo que com deficiências de atuação.

Na verdade a ética é onde o indivíduo cumpre o dever pelo dever; dessa forma acredita-se em uma ética recíproca; faço para receber.

A ética vive em constante mutação, e está sempre renascendo e se reinventando conforme a necessidade do ser humano e de cada sociedade e com cada conflito que ela possa estabelecer.

Assim como em toda conduta para ser bem sucedida deve ser conduzida com ética, dentro da educação não é diferente quando a conduta do professor é pautado na ética em relação a seus educandos o objetivo proposto é possível.

Dentro da ética no âmbito educacional o professor não pode pensar no educando apenas em sala de aula visando somente as notas para serem aprovados em sua matéria, sendo um ser que vive em sociedade, cabe a ele a responsabilidade de ajudar seu educando a se integrar na sociedade de forma ativa e participativa.

A ética esta presente em tudo, conduzindo assim de forma cordial as condutas e relações humanas.¹

¹ Cf. ETICA. Disponível em:< <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/direito/etica-na-educacao-faz-toda-a-diferenca/48226>>. Acesso em: 26\11\2018 .

1 ÉTICA

A ética é um saber que se verte e se direciona para o comportamento que se deve definir e divisar, de fato, concebe – lá distante da palpitação diuturna das experiências humanas, fora do calor das decisões morais, fora dos dilemas existenciais e comportamentais vividos e experimentados em torno do controle das paixões, das agitações psicoafetivas e sociais que movimentam pessoas, grupos, coletividades e sociedades, é o mesmo que afastá-la de sua matéria-prima de reflexão.

A ética encontra na mais robusta fonte de inquietações humanas o alento para sua existência. É na balança ética que se devem pensar as diferenças de comportamentos, para medir-lhes a utilidade, a finalidade, o direcionamento, as conseqüências, os mecanismos e os frutos, o fino equilíbrio sobre a modulação e a dosagem dos comportamentos no plano da ação importa à ética; a ação humana é uma movimentação de energias que dá origem e base de todo o estudo da ética.²

1.1 CONCEITO DE ÉTICA

O termo ética deriva do grego *ethos* (caráter, modo de ser de uma pessoa).³

Ética está relacionada com todas a condutas humanas em sociedade, é uma ciência, pois tem objeto próprio, leis próprias e método próprio, na singela identificação do caráter científico de um determinado ramo do conhecimento das relações humanas.⁴

A ética como pratica consiste na atuação concreta e conjugada da vontade e da razão, de cuja a interação se extraem resultados que se corporificam por diversas formas. Se as ações humanas são dotadas de intencionalidade e finalidade, releva-se sobretudo aferição prática da

² Cf. BITTAR, Eduardo C. B. **Curso de ética jurídica: ética geral e profissional**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.p.3.

³ ÉTICA. Pesquisa.com. Disponível em: <WWW.sua pesquisa.com/o_que_e/ética_conceito.htm-8k>. Acesso em 30 jul. 2011.

⁴ Cf. NALINI, José Renato. **Ética geral e profissional**. 7. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009. p. 19.

concordância entre atos exteriores e intenções. A realização mecânica de atos exteriores pelo homem deve estar em pertinente afinidade com a conduta interna, de modo que, da consciência à ação, exista uma pequena diferença de consumação. No fundo, a ação externa, modificativa do mundo (ação discursiva, ação profissional, ação política, ação religiosa), nada mais é que a ultimação de um programa intencional preexistente à própria ação; o programa ético é o correspondente guia da ação moral.

Então, a prática ética deve representar a conjugação de atitudes permanentes de vida, em que se construam, interior e exteriormente, atitudes gerenciados pela razão e administradas perante os sentidos e as apetites. Assim, fala-se no bom governo da coisa publica quando não somente de intenções se constrói o espaço publico. Diz-se que a prática de condução das políticas públicas é ética se realizaram atitudes positivas e reais em prol da coisa pública. Também se fala em bom proceder quando se constata não somente uma mínima intenção de não lesar, mas sim um esforço efetivo no sentido de conter toda e qualquer conduta capaz de suscitar a mínima lesão ao patrimônio espiritual, material, intelectual e afetivo de outrem. Esta é a outra faceta da ética; trata-se do conteúdo efetivo da ética com ocorrência individual e social.

Do exposto, deve-se extrair que a especulação ética corresponderá ao estudo dos padrões de comportamento, das modalidades de ação ética, dos possíveis valores em jogo para a escolha ética. Esse saber, que metodologicamente se constrói para satisfazer à necessidade de compreensão de seu objeto, acaba se tornando uma grande contribuição como forma de esclarecimento ao homem de suas próprias capacidades habituais.⁵

A ética tem relação direta com todas as áreas da sociedade principalmente na sua base de organização do Estado com a Justiça, Igualdade, Solidariedade e Direitos Humanos que rege uma sociedade, principalmente aquela que tem o sistema democrático de direito que é o caso do Brasil.⁶

No Brasil é adotado o sistema Federativo de Estado de Direito, no qual em seu artigo 5º “caput “ está descrito: “ Todos são iguais perante a lei, sem

⁵ Cf. BITTAR, Eduardo C. B. op. Cit. 2009, p.8-9.

⁶ Cf. NALINI, José Renato. op. cit. 2009, p. 22.

distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade da direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: “

Todos os princípios fundamentais que rege a Constituição Federal está basicamente fundamentado com base na ética.

Assim, o saber ético não é estudos das virtudes, ou estudo do bem, mas o saber a cerca das ações e dos hábitos humanos, e, portanto, das virtudes e dos vícios humanos, e das habilidades para lidar com umas e com outros. É sim o estudo do bem e do mal, deitando-se sobre a questão de como distingui-los e de como exercitar-se para desenvolver suas faculdades anímicas para administrá-los.

Ademais, a especulação ética permite a crítica dos valores e dos costumes na medida em que estuda e compreende fatos e comportamentos valorativos, então, possui tendência natural a imiscuir-se na própria moral social e distingue-se por fortalecê-la, em função dos vínculos científico e crítico que com ela mantém. Então, a ética acaba investigando toda a relação da sociedade.⁷

1.2 ÉTICA E MORAL SUAS SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS

A confusão entre as palavras moral e ética existe há muitos séculos. A própria etimologia destes termos gera confusão. Ética vem do grego *ethos* que significa modo de ser, o caráter de cada indivíduo, e moral tem sua origem no latim que vem de (*mores*), significando costumes,⁸ sinônimos perfeitos e só diferem pela língua de origem. Apesar disso, alguns filósofos aproveitaram o fato de que havia dos termos e lhes deram sentidos diferentes. Em Kant, por exemplo, a moral designa o conjunto dos princípios gerais e a ética, sua aplicação concreta. Outros filósofos ainda concordarão em designar por moral a teoria dos deveres para com os outros, e por ética, a doutrina da salvação e da sabedoria. Nada impede de ser utilizar as duas palavras dando-lhes sentido

⁷ Cf. BITTAR, Eduardo C. B. op. cit. 2009, p.10-11.

⁸ MORAL. Disponível em: <jexmen.blogspot.com/2008/03/diferena-entre-tica-e-moral-html-68k>. Acesso em: 31 jul. 2011.

diferentes. Mas nada obriga, porém, a fazê-lo. Na linguagem rotineira é comum o uso indistinto de moral e ética. Expressam o cerne idêntico. Etimologicamente, como visto, provêm da mesma origem. Todavia, convém precisar o conceito. Há várias vertentes para se definir ética. Há quem afirme que a ética, tal como a entendo, é o estudo lógico da linguagem da moral.

Sendo assim, o objeto da ética é a moral. A moral é um dos aspectos do comportamento humano. A expressão moral por ter o sentido de costumes, sendo um conjunto de normas adquirida pelo hábito reiterado na sua prática.⁹

A moral é o conteúdo de especulação ética, pois se trata do conjunto de hábitos e prescrições de uma sociedade; é a partir de experiências conjunturais e contextuais que surgem os preceitos e máximas morais. A ética constitui-se num saber especulativo acerca da moral, que portanto, parte desta mesma para se constituir e elaborar suas críticas. Ainda que seja válido, útil e didático propor esta diferenciação, é mister informar que a ética não pode se desvincular da moralidade pois esse é seu instrumento de avaliação, mensuração, discussão e crítica. A ética deve, com suas contribuições, tender a fortalecer ainda mais a moral, e isso porque de seus juízos, proposições, sentenças e afirmações científicas podem resultar aperfeiçoamentos práticos substanciais para o que efetivamente se pensa e se faz quotidianamente.¹⁰

Conceituamos moral, por sua vez, como algo particularizante em relação à ética, envolta em subjetividades e diversificada demais para sustentar leis objetivas. Mais uma vez reforçamos o papel da etimologia como básico ponto de partida: se a moral é algo que está de acordo com as tradições referentes apenas ao comportamento social, como poderia ser ela universal, se não abarca outros comportamentos se não o social.¹¹

Uma vez exposto o conceito de ética e moral, concluímos que a moral baseia-se no comportamento da sociedade e que a ética, com reflexão desse comportamento, criará normas universais com a finalidade de estabelecer as melhores ações.¹²

⁹ Cf. NALINI, José Renato. op. cit. 2009, p. 20.

¹⁰ Cf. BITTAR, Eduardo C. B. op. cit. 2009, p.12.

¹¹ Cf. ALMEIDA, Guilherme Assis ; CHRISTMANN, Martha Ochesenhofer. **Ética e direito: uma perspectiva integrada**. São Paulo: Atlas, 2002. p.15.

¹² Ibid. p. 16.

1.3 EVOLUÇÃO HISTÓRICA

A civilização grega com seus filósofos que começaram a estudar a ética e observar o seu objeto de estudo que é a relação e a conduta humana em sociedade.

Surgiu então a chamada Ética Grega. Ao naturalismo dos filósofos pré-socráticos sucedeu uma preocupação com os problemas do homem, seus problemas políticos e morais, em decorrência da democratização da vida política da Antiga Grécia. Aparecem então os filósofos e grupos que introduzem novas formas de posicionamento que marcaram a história.

No século V a.C., surgiram os Sofistas que consideravam estéril o saber a respeito do mundo, sendo atraídos especialmente pelo saber a respeito do homem, particularmente político e jurídico. Tornaram-se os mestres que ensinavam a arte de convencer pela argumentação, pela discussão. Para eles não existiam nem verdade nem erro e as normas, por serem humanas, eram transitórias.¹³

Surgiu em seguida Sócrates, que, apesar de também desprezar o conhecimento da natureza e a tradição, rejeitava o relativismo e o subjetivismo dos sofistas. Sócrates considerava como saber fundamental o saber a respeito do homem. Daí seu ensinamento básico: “Homem, conhece-te a ti mesmo”. E acrescentava: “Só sei que nada sei!” Concluindo: “Deve-se melhorar o conhecimento e aperfeiçoar a conduta”.¹⁴

A ética socrática é racionalista e pode ser resumida na seguinte colocação: “O homem age retamente quando conhece o bem, e, conhecendo-o, não pode deixar de praticá-lo; por outro lado, aspirando ao bem, sente-se dono de si mesmo e, por conseguinte, é feliz”.¹⁵

À ética socrática segue-se a de Platão, seu discípulo, a qual dependia intimamente da sua concepção metafísica (dualismo do mundo sensível e do mundo das idéias permanentes, eternas, perfeitas e imutáveis que constituíam

¹³ ÉTICA. Evolução Histórica. Disponível:<WWW.cro-rj.org.br/fiscalização/define%20e%20breve%20hist%20rico%20e8tica.doc>. Acesso em : 25 ago 2011.

¹⁴ Cf. NALINI, José Renato. op.cit. 2009, p. 46.

¹⁵ Ibid. p. 47.

a verdadeira realidade) e da sua doutrina da alma (princípio que animava ou movia o homem, constando de três partes: razão, vontade e apetite).

Platão privilegiava a relação Homem-Estado, enquanto afirmava a dualidade Corpo-Alma, onde essa será superior àquela e como consequência estabelecia um total desinteresse pelas coisas materiais, em favor quase que exclusivista das coisas do espírito. Na época platônica notava-se um desprezo pelo trabalho físico e a exaltação das classes dedicadas às atividades consideradas superiores: contemplação, política e a guerra. Na sua ética, os escravos não tinham lugar no Estado ideal, pois seriam desprovidos de virtudes morais e direitos cívicos. Assim, na ética platônica existia uma estreita unidade da moral e da política, pois para ele o homem se formava espiritualmente somente no Estado e mediante a subordinação do indivíduo à comunidade.¹⁶

Veio a seguir Aristóteles, que foi discípulo de Platão. Mas Aristóteles se opunha a seu mestre no que dizia respeito ao dualismo ontológico. Para ele a idéia não existia separada dos indivíduos concretos. A idéia existia somente nos seres individuais. E Aristóteles procurava responder à pergunta fundamental: qual é o fim último para o qual tende o Homem? Para a felicidade, dizia ele. E esta felicidade não era o prazer ou a riqueza, mas a vida teórica ou contemplação, guiada pelo que o homem tinha de mais característico e elevado: a razão.¹⁷

Para se realizar esta vida, dizia ele, eram fundamentais as virtudes não inatas, mas que se adquiriam ou conquistavam pelo exercício. Estas virtudes ele as considerava em duas classes: as intelectuais e as práticas ou éticas. Finalmente considerava Aristóteles que a felicidade se alcançava mediante a virtude, porém com algumas condições necessárias: maturidade, bens materiais, Liberdade pessoal e saúde, embora estas condições isoladas não bastassem para fazer alguém feliz.¹⁸

Aristóteles considerava que o homem enquanto tal só poderia viver na cidade, pois era por natureza um animal político, ou seja, social. Somente os deuses e os animais não tinham necessidade da comunidade política para viver. Mas ele afirmava que esta vida teórica só era possível a uma minoria ou

¹⁶ Cf. NALINI, José Renato. *op.cit.* 2009, p. 48.

¹⁷ Cf. CANDIOTTO, Cesar. **Ética**: abordagens e perspectivas. 2ed. rev. e ampl. Curitiba: Champagnat, 2011. p. 29.

¹⁸ *Ibid.* p. 31.

elite, da qual a maior parte - os escravos - estava excluída. Dentro deste quadro, o homem - o sábio - devia ser, ao mesmo tempo, um bom cidadão.¹⁹ Com a decadência do mundo antigo greco-romano, surgiram os Estóicos e os Epicuristas.

Para ambos, a moral não mais se definia em relação à cidade, mas ao universo (cosmos). O problema moral era colocado sobre o fundo da necessidade física, natural, do mundo. Por isso, a física se tornava a premissa da ética.²⁰

Para os estóicos o mundo passava a ser o centro de tudo, onde só acontecia o que Deus quisesse. Passava a dominar assim uma fatalidade absoluta. Não existia a liberdade nem o acaso. Como consequência, o homem que vivia no mundo tinha seu destino rígido e só lhe restava aceitar este destino e agir consciente dele. Deixava de ter necessidade da comunidade, pois passava a viver moralmente como cidadão do mundo, do cosmo. Já não era limitado a uma “polis”, a uma comunidade menor. Para os epicuristas tudo o que existia, incluindo a alma, era formado de átomos materiais, não havendo nenhuma intervenção divina nos fenômenos físicos nem na vida humana.

Livre assim de temores religiosos, o homem passava a buscar seu bem neste mundo, o qual era representado pelo prazer, ainda que considerassem alguns prazeres como inadequados, somente devendo buscar aqueles que contribuíssem para a paz da alma. O homem procurava em si mesmo, ou num pequeno círculo de amigos, a tranqüilidade da alma e a auto-suficiência.²¹

Com esta ética se desfaziam a unidade moral e da política. Sobre as ruínas desta sociedade surgiu a Ética Cristã, sobretudo após o século IV quando o cristianismo se tornou a religião de Roma.

A ética cristã, essencialmente Teocêntrica, partia das revelações de Deus, das relações do homem com o seu criador e do modo de vida prático que este homem devia seguir para alcançar a sua salvação. Nesta ética, a relação do homem, mais do que uma inter-relação com a comunidade ou com o mundo – cosmos -, estava ligada a Deus, seu criador.²²

Também no que dizia respeito às virtudes havia uma superioridade do divino. Ainda que assimilando as virtudes fundamentais já enunciadas por

¹⁹ Cf. BITTAR, Eduardo C. B. op.cit. 2009, p.194.

²⁰ Ibid. p. 196.

²¹ ÉTICA. Evolução Histórica. op.cit.2011.

²² Cf. NALINI, José Renato. op.cit. 2009, p. 79.

Platão: prudência, fortaleza, temperança e justiça, acentuava virtudes supremas ou teologias: fé, esperança e caridade. Enquanto as fundamentais regulavam as relações entre os homens, as teologias relacionavam o homem com Deus.²³

Na ética cristã, já não existiam as diferenças entre os homens: todos eram iguais diante de Deus, independentemente de serem livres ou escravos, cultos ou incultos. Mas esta ética de igualdade foi lançada numa época de enormes desigualdades e assim muita incompreensão histórica surgiu dos fatos então acontecidos. Muitas vezes a desigualdade material e social não foi condenada pela ética cristã, gerando com isso críticas violentas no mundo moderno. Para melhor compreender esta situação é preciso situar-se no momento histórico-social do tempo em que tal aconteceu. Na verdade o cristianismo veio dar aos homens, pela primeira vez em sua história, a consciência de sua igualdade - onde incluía os oprimidos e explorados - mas numa época onde não havia condições reais e sociais para esta igualdade efetiva.²⁴

A filosofia ética de Kant afirma que a base para toda razão moral é a capacidade do homem de agir racionalmente. O fundamento para esta lei de Kant é a crença de que uma pessoa deve comportar-se de forma igual a que ela esperaria que outra pessoa se comportasse na mesma situação, tornando assim seu próprio comportamento uma lei universal.²⁵

Kant acreditava que o fundamento, em uma crença de que a razão é a autoridade para moralidade, ele acreditava que as ações de qualquer tipo precisam partir de um sentido de dever ditado pela razão, e nenhuma ação realizada pró interesse ou pró obediência a lei ou costumes pode ser considerada ética.²⁶

Para Kant somente as ações realizadas “por dever” são susceptíveis de valoração moral.

Desse modo, a validade, legitimidade e universalidade do conhecimento dependem não da sensibilidade, mas do sujeito transcendental; da

²³ Ibid. p. 81.

²⁴ Ibid. p. 85.

²⁵ Cf. KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura**. Trad. por Manuela P. dos Santos e Alexandre F. Morujão. Lisboa: Fundação Kalouste Gulbenkian, 1989. p. 83.

²⁶ COBRA, Rubem Q. **Immanuel Kant**. Disponível em:<WWW.cobra.pages.nom.br,internet,Brasília,1997>. Acesso: 25 ago.2011.

investigação do modo como se conhece e não daquilo a ser conhecido. Da mesma maneira, o fundamento da moralidade não está localizado num conteúdo da sensibilidade, mas na própria forma da razão, que é a faculdade do universal.²⁷

Kant designa como máxima o princípio do querer ou do agir de caráter subjetivo, contingente e particular. É a motivação para a ação que não vai além do querer individual.²⁸

Kant acredita que os mandamentos da razão são imperativo categórico e imperativo hipotético, e que todo ato, no momento de iniciar-se à consciência moral sob duas classes mencionadas a cima. O imperativo hipotético, são sempre subordinados a uma condição, ou seja, enunciam um mandamento subordinado a determinadas condições que deve ser seguido para obter resultado. O imperativo categórico por sua vez é desvinculada de qualquer condição, e que foi colocado por Kant como “ Age de tal maneira que o motivo que te levou a agir possa se convertido em lei universal “. ²⁹

Na formulação do imperativo categórico, fundamentou a ética e a moral humana, que implica no dever de atuar somente quando nossa máxima pode ser convertida em lei universal. Imperativo porque constituem um dever de atuação, categórico porque é incondicional, não subordinado a nenhum fim. Responde portanto a formulação “, sem atender as conseqüências que por ventura possam ocorrer. A esses imperativos categóricos próprios da moral, contrapõem os imperativos hipotéticos condicionados aos imperativos de ordem para lograr um interesse (prazer, reconhecimento, recompensa, utilidade). Nesse contexto, qualificou os juízos morais como ações que não correspondem nem ao bem nem ao mal, ou mesmo aquilo que o homem faz efetivamente, mas estritamente aquilo que quer fazer. Esta postulação com respeito aos juízos morais conduz a conclusão de que a única coisa que verdadeiramente pode ser boa ou má é a vontade humana.

Kant acredita que todas as pessoas deve agir de conformidade umas com as outras.³⁰

²⁷Cf. CANDIOTTO, Cesar. op.cit. 2011, p. 95.

²⁸ Ibid. p.97.

²⁹COBRA, Rubem Q. op.cit.2011.

³⁰Cf. CANDIOTTO, Cesar. op.cit 2011, p. 103.

Como os pensamentos sofreram mutação, a sociedade também e o estudo da ética foi sendo ainda mais discutidos e aprofundados e novas teorias surgiram, e uma dessas teorias é a do Mestre Miguel Reale que dá ênfase nos valores.

Valores no qual o ser humano está no centro, observando suas atitudes e condutas dentro da sociedade, mostrando o que tem de mais valioso e maior valor. Aquilo que tem valor é o que nos leva a agir, é nossa motivação. Quanto maior nossa vontade de obter algo, maior o valor desse objeto.³¹

Não haveria valor se não houvesse no ser humano a possibilidade de livre escolha entre as alternativas imanentes à problemática axiológica, nem poderíamos falar de liberdade, se não houvesse a possibilidade de opção e participação real dos valores e das valorações.³²

A grandeza do valor é proporcional a sua desiderabilidade. Todavia, é necessário deixar claro que é impossível aquilatar com precisão o real “ valor “ de um valor. Não se trata, pois, de mera falta de temporalidade e espacialidade, mas, ao contrário, de uma impossibilidade absoluta de mensuração. Não se numera, não se qualifica o valioso. Na acepção realeana, há o plano do ser e do dever ser; no plano do ser existem objetos naturais (físicos e psicológicos) e os objetos ideais. Os valores não são objetos, mas partes integrantes do plano do dever ser. Os objetos culturais é que fazem a integração entre o plano do ser e o plano do dever ser.³³

A cultura será formada pelos objetos culturais e obviamente pelos valores, uma vez que os objetos culturais são frutos da inter-relação entre os planos do dever ser (valores) e ser (objetos naturais e objetos ideais). A concepção realeana de cultura é original e especifica o papel desempenhado pelo valor, no qual as suas características são: bipolaridade onde representa o fato de que para cada valor existe, sempre seu correspondente desvalor; os valores podem ser inexauríveis onde nunca se esgotam; onde os valores e devalores se aplicam dentro da sociedade reciprocamente onde se relacionam uns com os outros.

³¹ Cf. ALMEIDA, Guilherme Assis e CHRISTMANN, Martha Ochesenhofer. op.cit. 2002, p.42.

³² Cf. REALE, Miguel. **Filosofia do Direito**. 19ed. São Paulo: Saraiva, 1999.p. 196.

³³ Ibid. p. 197.

A priorização de determinado valor explica-se pela característica da graduação hierárquica. Há sempre um valor mais importante que outro; onde surgem a preferibilidade que a preferência de um valor por outro.³⁴

A preferibilidade dos valores muda de acordo com o sujeito que realiza a escolha, como também de acordo com a circunstância histórica na qual vivemos, surge daí a característica da historicidade. O valor ou desvalor são incomensuráveis, ou seja, não há como medi-los, aquilatá-los.

Apesar de apresentarem a característica da incomensurabilidade, os valores servem como referência para nossas ações, a característica da referibilidade. Os valores cumprem o papel de serem as referências de nossa existência. Isso é assim porque somos seres que carecem e necessitam de sentido. Os valores só podem servir-nos como referência porque conseguem integrar-se em objetos. Isso graças ao fato de apresentarem a característica da objetividade.

Os valores habitam o mundo da cultura e esse é o mundo no qual o homem e mulher estão inseridos. Conseqüentemente, o ato de escolha do valor mais elevado, motivador da ação e da consumação da liberdade, é diretamente influenciado pela cultura que o circunda.³⁵

2 ÉTICA E EDUCAÇÃO

A ética e a educação se completam , por que através da educação podemos ajudar nossos educandos a ter ética e moral em suas condutas, ensinar ética nunca foi tão difícil dentro da escola . Existem momentos na vida em que não dá para entender qual o papel da família na educação e na formação de seus filhos. Vemos constantemente incentivando e concordando com atitudes que não acrescentam nada aos jovens ou mesmo crianças e que prejudicam a formação de sua ética e moral. E isso acontece nas pequenas coisas, nas atitudes do dia-a-dia, nos exemplos que os pais dão. Quem nunca ouviu a história da família que vai a um restaurante onde crianças até dez anos pagam somente a metade e, na hora de pagar a conta, o pai mente sobre a

³⁴ Cf. ALMEIDA, Guilherme Assis e CHRISTMANN, Martha Ochsenhofer. op.cit. 2002. p.44.

³⁵ Ibid. p. 45.

idade de algum de seus filhos, querendo tirar proveito da situação? Que exemplo é esse, que formação esse pai está dando para seu filho? Dessa forma os filhos vão internalizando esses conceitos, que mesmo estando corretos para a família, não o são perante a sociedade.³⁶ Deixando o papel da escola cada vez mais difícil, para demonstrar que ética e moral é usada para um bem comum e o que é certo para um também é certo para outro e se é errado para um também é errado para o outro, tornando assim um senso de igualdade entre todos. É possível tratar a ética como tema. Ela não precisa ser uma disciplina no Ensino Fundamental, mas pode aparecer como um conteúdo no conjunto das disciplinas. No Ensino Médio, deve ser abordada, normalmente, dentro da Filosofia, porque é uma parte da Filosofia. Não é exclusividade, mas uma parte. E, no Ensino Superior, tem, sim, que aparecer como uma matéria, uma disciplina.

Mas não se ensina ética apenas falando ou pensando sobre ela. A ética é, acima de tudo³⁷, exemplificativo e por isso a suas atitudes, reações e condutas são analisada e observados por todos e principalmente os alunos que muitas vezes tem o professor como espelho.

2.1 A IMPORTÂNCIA DA ÉTICA

Essa ideia nos remete as questões sobre ética na educação e a prática docente que está diretamente ligada ao educador que valoriza os saberes dos alunos refletindo sempre a sua práxis, mas que convive com as dificuldades no relacionamento diário, com os discentes e com o corpo docente. Dessa forma entramos no campo da educação e estamos inclinados a dizer que:

“Aprender a ser cidadão é, entre outras coisas, aprender a agir com respeito, solidariedade, responsabilidade, justiça, não violência; aprender a usar o diálogo nas mais diferentes situações e comprometer-se com o que acontece na vida coletiva da comunidade e do país. Esses valores e essas atitudes precisam ser aprendidos e desenvolvidos pelos alunos e, portanto, podem e devem ser ensinados na escola”. (BRASIL, MEC, p. 13)

³⁶Cf. EDUCAÇÃO. Disponível em: <<https://educador.brasilecola.uol.com.br/comportamento/Etica-educacao.htm>>. acesso em: 26\11\2018.

³⁷ Cf. EDUCAÇÃO. Disponível em:< <http://www.multirio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/artigos/10388-%C3%A9tica-e-educa%C3%A7%C3%A3o>. acesso em 26\11\2018.

Raras são às vezes em que a discussão ética é presenciada de modo explícito no campo pedagógico. Os valores, as normas e regras são sinalizados pelos educadores através dos livros didáticos, pela forma de avaliação, pelos comportamentos dos alunos ficando ocultas no âmbito educacional num todo. Esse conjunto de questões merece receber tratamento explícito, e que sejam assuntos de reflexão da escola como um todo, e não apenas de cada professor. Sinalizamos então a proposta de uma organização curricular com a presença da Ética. Segundo os PCNs (2001) trazer a ética para o espaço escolar significa enfrentar o desafio de inserir, no segmento de ensino e aprendizagem que é realizada em cada uma das áreas do conhecimento, uma contínua atitude crítica. É onde o reconhecimento dos limites e das possibilidades dos sujeitos configura-se em propostas de uma educação moral que proporcione aos educandos condições para o desenvolvimento de sua autonomia, dando-lhes capacidade de posicionar-se diante da realidade, fazendo escolhas, estabelecendo critérios e participando da gestão das ações coletivas realizadas. Segundo MORETTO, (2001)

A ação do educador deve pautar-se na ética profissional vista como o compromisso de o homem respeitar os seus semelhantes, no trato da profissão que exerce. Este é o foco da ética profissional: o respeito. O corolário deste valor é um conjunto de valores, como a competência do profissional, a constante atualização no domínio dos conteúdos, a honestidade de propósitos na educação, a avaliação eficiente e eficaz dos alunos. Assim, podemos afirmar que educar é, por essência, uma atividade ética, tendo em vista as consequências para a vida dos educandos”.

A luz dessa afirmação, podemos dizer que ensinar, exige ética e nesse campo da eticidade constatamos que ter ética é um compromisso social e político, é um conjunto de relações, é o respeito às normas e regras em geral.

Infelizmente constatamos ainda que há uma grande distancia entre os conhecimentos gerados de pesquisas e a prática da eticidade no dia a dia, no âmbito educacional ou no âmbito profissional dos diversos setores da sociedade. Entendemos que a ética profissional é de fundamental importância em todas as profissões e para todo ser humano, para que possamos viver relativamente bem em sociedade. Os Parâmetros Curriculares mais uma vez

contemplam que a ética é considerada um dos temas bastante discutido pelo pensamento filosófico da atualidade e nos diz que:

“A reflexão ética traz á luz a discussão sobre a liberdade de escolha. A ética interroga sobre a legitimidade de práticas e valores consagrados pela tradição e pelo costume. Abrange tanto a crítica das relações entre os grupos, dos grupos nas instituições e perante elas, quanto a dimensão das ações pessoais”.(PCNs. p. 29-30. 2001).

Logo, podemos ariscar dizer que a ética é um tema bastante complicado, e podemos enfatizar que a ausência de ética tem sido constante principalmente no núcleo da família, da escola e da comunidade, base da sociedade, e necessita atentar um olhar mais humano, pois a ética é uma forma racional de procurar viver de forma humana com outros humanos e em harmonia. Finalizamos com inclinação ao que nos fala Kramer, “(...) precisamos pôr na ética nossas mãos e nosso coração. Não uma ética supostamente tecida na solidão de um sujeito individual (...)”(Kramer, 1993, p. 170)

Não podemos perder a oportunidade de formar a mente e o coração dos nossos educandos. E se o trabalho tiver de ser realizado através de uma disciplina específica, que seja bem-feito e que haja contextualização com o momento presente. Sem duvida o momento em que vivemos é de transição, de rupturas e de buscas, e no bojo dessa procura, é natural que haja conflitos, ansiedades e equívocos³⁸.

2.2 REFLEXOS SOBRE A ETICA NA EDUCAÇÃO

Quando a ética é tratada dentro do âmbito escolar, ela desenvolve o senso de respeito e igualdade, igualdade não por que todos pensam da mesma maneira mais que todos respeita o ponto de vista de cada um e sua opinião, assim como a escola é pra forma pensadores e influenciadores a ética vem para moderar e mostrar que mesmo que as opiniões sejam diferentes é possível se manifestar sem prejudicar ou afligir nenhum outro individuo usando assim o bom senso.

³⁸ Cf. ÉTICANAEDUCAÇÃO. Disponível em:< <https://www.webartigos.com/artigos/a-importancia-da-etica-na-educacao/111117/>. Acesso em :26\11\2018.

Na sociedade atual, junto com a tecnologia da informação e a globalização as informações e pluralismo de ideias vem a todo instante é a necessidade de absorver essas informações com ética e que faz a diferença em suas ações e condutas, por isso a ética se tornou tão importante dentro da escola, e ensinando –a em sala, seus reflexos na sociedade é considerável positivamente.

2.2.1 Ética na escola exemplos e importâncias

Ensinar aos alunos o que é ética e sua importância nos diversos níveis como, por exemplo, ambiente de trabalho, família, escola, grupo de amigos e etc.

- Esclarecer e cumprir com clareza aos alunos os métodos de ensino e avaliações.

- Ouvir e respeitar as opiniões dos alunos.

- Buscar a qualidade no processo educacional.

- Cumprir prazos na entrega de documentações, diários, avaliações, notas e etc.

- Não expor erros ou deficiências de alunos na frente de toda classe. Conversar com o aluno em particular.

- Ser justo na correção e avaliação de provas e trabalhos escolares.

- Respeitar e ser educado no relacionamento com outros professores, alunos, pais de alunos e profissionais da escola.

- Não fazer comentários em sala de aula sobre o comportamento ou métodos de ensino de outros professores.

- Seguir a proposta educacional da escola, assim como seus métodos de avaliação.

- Agir de forma proativa no que se refere à integração de alunos com deficiência física ou transtorno psicológico.

As crianças e jovens estão no processo de aprendizagem e, portanto, a ética deve-lhes ser ensinada e cobrada. Sabemos que muito do comportamento ético do aluno tem como origem a família, principalmente os pais. Porém, cabe à escola trabalhar a ética no ambiente escolar para que resulte em melhor qualidade de ensino. Exemplos de atitudes éticas dos alunos:

- Respeitar o trabalho dos professores e funcionários da escola. Respeitar também o direito de aprender dos outros alunos. Na prática, isso significa não conversar, brincar ou atrapalhar de qualquer forma os momentos em que o professor está explicando ou tirando dúvidas de outros colegas.

- Não colar em avaliações ou elaboração de trabalhos escolares.

- Não usar trabalhos prontos, disponíveis na Internet, para entregar aos professores.

- Não praticar bullying.

- Buscar ter um comportamento que crie um ambiente positivo e agradável na escola.

- Não pagar para outros alunos ou “profissionais” para que elaborem trabalhos (comportamento antiético mais comum no ensino superior).

- Não colocar apelidos em colegas e professores que possam causar mágoas, ferir sentimentos ou a autoestima.

- Seguir as regras e normas de funcionamento da escola.

- Tratar com respeito e educação colegas que possuam algum tipo de deficiência motora ou transtorno psicológico. Se possível, ajudar no processo de integração destes alunos.

Aos diretores, coordenadores e assistentes estes funcionários também desempenham um papel fundamental na construção de um ambiente educacional ético. Tendo como exemplos:

- Todos devem tratar com respeito e educação os alunos, professores e demais funcionários da escola.

- Os coordenadores devem orientar de forma positiva e eficiente os professores e alunos.

- Os diretores devem criar as condições físicas e pedagógicas para que o processo educacional ocorra da melhor forma possível.

- Os diretores e coordenadores não devem expor os erros ou deficiências de um professor na frente dos outros profissionais. Conversar com o professor em particular.³⁹

3 ÉTICA GLOBAL E SUAS PERSPECTIVAS

Com o capitalismo e as transações comerciais internacionais e a chegada da globalização com várias tecnologias com a internet, se houve necessário a discussão de uma ética global, para regulamentar as relações e condutas humanas, para que haja o mínimo de dignidade humana.

Para o filósofo australiano contemporâneo Singer ele acredita que deveria ter uma ética que se preocupasse com o bem-estar das pessoas do mundo todo independente da sua nacionalidade.⁴⁰

Diante disto, a virada do milênio foi marcado pelo o desenvolvimento do direito internacional, de pretensões universais, onde aos poucos a

³⁹ Cf. ÉTICA. Disponível em :< https://www.suapesquisa.com/educacaoesportes/etica_escola.htm. Acesso em: 26\11\2018.

⁴⁰ GLOBAL, Ética. op.cit. 2011.

interdependência global vem surgindo, isso de fato, é a etapa mais recente da história das relação entre os homens e suas organizações coletivas.⁴¹

E é por causa dessa relação coletiva tão grandiosa ouve-se a preocupação de resguarda os direitos e cumprir os deveres, para que o mundo não entre em colapso,e com conflitos que acabaria com a espécie humana.

Não pode se dizer que no mundo há uma ética universal ou global, mais há fragmentos dela que pacifica a relações entre Estados Soberanos, estados municípios, comunidades, e assim chegando na sociedade escolar. Por isso a ética é estudada por varias vertentes e pensadores sendo eles antigos ou contemporâneo, e para respaldar a ética sempre esta esguardado em leis, códigos e tratados internacionais e tendo como sua protetora a ONU, que sempre esta presente em declarações que envolve eticamente o bem estar humano por longo dos anos.

3.1 DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS: UMA LEI UNIVERSAL

O surgimento das organizações internacionais, aconteceu especialmente depois da segunda guerra mundial em 1.945, por causa da devastação humana em massa, põe em cena um segundo sujeito de direito internacional. As organizações internacionais podem ser definidas como uma sociedade entre Estados, constituída através de um tratado, com a finalidade de buscar interesses comuns pela permanente cooperação entre seus membros.⁴²

Em 1948, criou-se a Declaração Universal dos Direitos do Homem diante da tentativa de fazer um elenco de direitos com pretensões de universalidade, as primeiras perguntas que surgem são as seguintes: que valor possui aos nossos olhos uma declaração universal? Como uma declaração universal se concilia com o pluralismo cultural? Podemos verdadeiramente pensar uma declaração universal como a encarnação de valores jurídicos absolutos? Segundo Francesco D' Agostino, devemos responder que não, a estas

⁴¹Cf. SEITENFUS, Ricardo ; VENTURA, Deisy. **Introdução ao Direito internacional Público**. 3.ed.rev.ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003. p. 182.

⁴² Ibid. p.30.

perguntas. Apesar de nobre a Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 1948, nem qualquer outra é de uma universalidade absoluta.

Ora, reconhecer que a Declaração Universal dos Direitos do Homem, 1948, apesar de seus evidentes condicionamentos culturais, é o instrumento mais adequado à defesa da dignidade do Homem que ele, hoje, possui, não significa querer, ingenuamente, ignorar sob quais condicionamentos ela foi pensada e escrita. Nem mesmo ignorar as dificuldades que as pretensões de universalidade de qualquer declaração ou convenção ou carta, comporta: dificuldades antropológicas, culturais e até mesmo de fundo religioso.

A própria teoria dos direitos humanos não pode ser considerada em si uma teoria neutra. À parte a sua bem conhecida matriz histórica iluminista, ela manifesta em todas as suas concatenações lógicas, na sua própria articulação formal, até mesmo no seu léxico, uma matriz estritamente ocidental, que bem dificilmente desperta o interesse de culturas diversas, que não querem homologar-se docilmente a ela. É impossível, hoje, prever se esta declaração possa, no futuro, se tornar verdadeiramente universal, ou seja, a plataforma de uma ética Comum a toda a Humanidade chamando assim de uma ética global.

Depois da Declaração Universal dos Direitos do Homem, 1948, podemos ter certeza histórica que “toda” a Humanidade compartilha alguns valores em comuns. E que tal crença é historicamente legítima.

Para que a Declaração Universal dos Direitos do Homem fosse concluída ela passou por três fases: primeira foi na busca das obras filosóficas, que indica que o homem tem de viver em comum acordo; a segunda fase da formação das declarações dos direitos humanos, acontece com as declarações dos direitos dos estados americanos e da Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão, 1789, postas à base de uma nova concepção do Estado, que não mais absoluto, mas limitado, não é mais fim em si, mas meio para a obtenção de fins que são postos antes e fora da sua existência; a terceira fase da formação das declarações dos direitos humanos tem início com a Declaração Universal dos Direitos do Homem, 1948, na qual a afirmação dos direitos é a um tempo universal e positiva.⁴³

⁴³ Cf. DIAS, José Francisco de Assis. **Direitos Humanos: Fundamentação Onto-teleológica dos Direitos Humanos**. Maringá: Unicorpore, 2005. p. 302.

A Declaração Universal dos Direitos do Homem, tem como princípio fundamental a proteção da dignidade da pessoa humana, resguardando à vida, à liberdade e a segurança; a não ser jamais submetidos, à servidão, à tortura e a penas cruéis ou degradantes.⁴⁴ “ Todos os homens os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.”

A Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948, apareceu como uma plataforma, uma base ideal para ativar a tentativa de conciliação entre a exigência de um universalismo dos direitos fundamentais para que a dignidade da pessoa humana seja preservada.

Na verdade, pode se uma possibilidade, ou uma utopia, e os direitos humanos encontram sua justificação no mesmo e universal fundamento, da qual todo ser humano é dotado, e para cuja plena realização tende, naturalmente, a se associarem, por algo em comum.

3.2 DAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

As organizações internacionais possuem competência de controle, com base tanto no tratado constitutivo, quanto em convenções paralelas.⁴⁵

3.2.1 Direitos Humanos

A origem aos direitos que se denominam Direitos Humanos, é bastante difícil identificar mas, sem dúvida, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 10 de dezembro de 1948, representa o marco fundamental. Esses direitos respondem, com seu conteúdo, a uma ruptura histórica com políticas que tinham em sua base a possibilidade de conceber seres humanos como descartáveis, segundo mostra o caso dos totalitarismo de Hitler e Stalin.

⁴⁴ Cf. REZEK, Francisco. **Direito internacional público**: curso elementar. 12. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 227

⁴⁵ Cf. SEITENFUS, Ricardo e VENTURA, Deisy. op.cit. 2003, p. 96.

Após a Segunda Grande Guerra, foi a primeira vez que esse tema passou da esfera nacional para internacional, envolvendo todos os povos.⁴⁶

Se a origem dos direitos humanos não é tão facilmente identificável, no plano normativo global, o Direito Internacional dos Direitos Humanos, composta pela carta da ONU, de 1945, e pela Declaração de 1948 e os Pactos de Direitos, de 1966. Além desses, focando o ser humano como valor-fonte, foi também desenvolvida uma série de Convenções contra determinadas práticas ofensivas, sistemáticas ou excessivas, como a (Convenção Para a Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio – 1948), contra a discriminação racial (Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial – 1965) e contra a tortura (Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes – 1984). A partir de então DIDH passa a se desenvolver de maneira especializada, por temas sensíveis, numa perspectiva de inserção em um plano de direitos de pessoas que, por quaisquer características, se encontram em situação de vulnerabilidade, por intermédio de um sistema especial de proteção. Assim, essa especialização tem seu início pela promoção dos direitos das mulheres (Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher – 1979), pelos direitos das crianças (Convenção Sobre os Direitos da Criança – 1989), e, já obtendo espaço na Assembléia Geral da ONU, pelos direitos dos pessoas com necessidades especiais, bastante em voga atualmente.

Ao lado do plano universal, que tem como marco jurídico a ONU, há também um plano correlato regional, sustentado nas Américas pela Organização dos Estados Americanos, que desenvolve Convenções Internacionais (Contra a Tortura, Contra a Discriminação da Mulher) e estabelece tribunais subsidiários permanentes (Corte de São José da Costa Rica) com vistas à implementação dos Direitos Humanos. Sem dúvida, o sistema regional mais consolidado é o da União Européia.⁴⁷

Portanto, a implementação dos Direitos Humanos se dá, no plano institucional internacional, por parte da própria ONU, seja por intermédio do Alto Comissariado para os Direitos Humanos, seja por meio de suas agências

⁴⁶ Cf. REZEK, Francisco. op.cit. 2010, p. 229.

⁴⁷ GLOBAL, Ética.op.cit. 2011.

especializadas, como o caso da UNICEF, para a questão da infância, UNIFEM, que enfoca o problema das mulheres. De qualquer forma, o maior responsável por isso é o próprio Estado nacional que aderiu à convenção. Disso decorrem obrigações tanto com relação aos cidadãos nacionais, em medidas de implementação, elaboração de leis nacionais, quanto com relação à comunidade internacional.⁴⁸

3.2.2 Direito Humanitário

O Direito Humanitário se ocupa, portanto, com a limitação do uso do violência em conflitos armados, poupando aqueles que não participam (civis), ou não mais participam (prisioneiros de guerra ou combatentes feridos ou doente) diretamente das hostilidades, determinando a violência ao montante necessário para alcançar os objetivos do conflito, que pode ser independentemente das causas da batalha apenas para enfraquecer o potencial do inimigo.⁴⁹

Contemporaneamente, a base do Direito Humanitário, no plano normativo, engloba as Quatro Convenções de Genebra de 1949 e seus Protocolos Adicionais de 1977, a Convenção sobre Certas Armas Convencionais e seus Protocolos (sobre a proibição do uso de projéteis não detectáveis por raio-x, armas incendiárias, armas, que cegam, minas terrestres antipessoal, explosivos remanescentes de guerra, armas químicas e biológicas). A Cruz Vermelha Internacional é a instituição considerada guardiã do Direito Internacional Humanitário, tanto pelo Comitê Internacional quanto pelas suas agências nacionais (Cruz Vermelha e Movimento Crescente Vermelho). O marco legal inevitavelmente é a ONU, em cooperação com suas agências, como a UNDIR (para pesquisa em desarmamento), UNDDA (desarmamento), UNMAS (para ação anti-minas), UNDP (para o desenvolvimento), entre outros órgãos e ONGs de cooperação. Nacionalmente, o CICV tem instado para a criação das Comissões cujo fim é a Implementação

⁴⁸ Cf. DIAS, José Francisco de Assis. op.cit. 2005, p. 305.

⁴⁹ Cf. SEITENFUS, Ricardo e VENTURA, Deisy. op.cit. 2003, p. 97.

e Difusão do Direito Internacional Humanitário, como fez o Brasil, em dezembro de 2003.⁵⁰

3.2.3 Direitos dos Refugiados

O Direito dos Refugiados tem origem na história do instituto jurídico do asilo. De outro, a primeira ação coordenada internacionalmente, de pretensão universalizante, no âmbito dos refugiados, tem lugar na Sociedade das Nações, em 1921, com o estabelecimento do Alto Comissariado para Refugiados Russos; posteriormente, com o Alto Comissariado da Sociedade das Nações para Refugiados. Com a criação da ONU, alguns rumos foram redefinidos para enfrentar a problemática de maneira mais coordenada e eficiente.

No plano normativo tem espaço, sobretudo, a Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados, 1951, e o Protocolo de 1967, que são os documentos essenciais do Direito Internacional dos Refugiados.

Para aplicação desses direitos, foi criado o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), órgão da ONU vinculado diretamente à Assembleia Geral.⁵¹

3.3 RELATIVISMO X UNIVERSALISMO

O partidários do relativismo cultural defendem a ideia de que a cultura é fonte primordial de validade do direito ou de regras éticas e morais.⁵²

Isso quer dizer que cada cultura tem suas próprias regras e condutas. Ainda, como não tem regras morais universais, não pode sustentar a universalidade dos direitos humanos. Algumas dessas correntes ainda vão mais longe, acusando o Ocidente de “imperialismo cultural”. Pelo viés da pretensão universalista dos direitos humanos, o Ocidente impõem a sua

⁵⁰ GLOBAL, *Ética*. Op.cit. 2011.

⁵¹ Cf. REZEK, Francisco. op.cit. 2010, p. 233.

⁵² GLOBAL, *Ética*. op.cit. 2011.

cultura, sua ideologia, seu modo de vida a outros países ou regiões culturalmente diferentes.⁵³Dizem isso com base na Declaração Universais dos Direitos do Homem, 1948.

Para os não-ocidentais, a cultura ocidental é individualista, fundada na pessoa, na autonomia e na vontade do individuo. Esse embate já gerou muitas discussões na ética e na teoria e prática dos direitos humanos. Em grande parte, pode-se dizer que se trata de uma questão já superada em face a consolidação do Direito Internacional dos Direitos Humanos ao longo do século XX e, principalmente, a partir da concordância e das conclusões da Declaração de Viena de 1993.⁵⁴

Além disso, a construção da ética, fornece argumentos fortes sobre a questão da universalidade da ética. Desde a própria definição de ética, elaborada pelos filósofos gregos na antiguidade. Mesmo dizendo que a ética pode ser subjetiva ou relativa.

Assim, nega-se o subjetivismo e o relativismo em ética porque, levados ao extremo, tais concepções impediriam a discussão ética. Ora, se cada um tem uma opinião ou se cada sociedade tem uma opinião, todos tem razão, nada se discute e dá-se inicio a uma espécie de circulo vicioso. Na verdade, o que se pretende é justamente o contrario: propor uma serie de raciocínios que justifiquem uma concepção própria da ética e, em sentido amplo, e a todos.

Se for pretensão aprofundar este debate; universalismo e relativismo, é preciso dizer que, em termos éticos, a questão da universalidade ou “universalidade” é bastante antiga e permeia toda a tradição filosófica ocidental. Desde os estóicos, que afirmavam que ética provém de uma lei natural universal, passando pelo celebre “imperativo categórico” de Kant até chega na dias de hoje com a filosofia contemporânea. Todos, enfim, concordam em maior e menor grau, a ética é universal.

Assim, deve-se concluir que a justificação de um principio ético não se pode dar em termos de qualquer grupo parcial ou local. A ética se fundamenta num ponto de vista universal.

Ao admitir que os juízos éticos devem ser formados a partir de um ponto de vista universal, estou aceitando que meus próprios interesses,

⁵³ Ibid. 2011.

⁵⁴ Cf. DIAS, José Francisco de Assis. op.cit. 2005, p. 306.

simplesmente por serem meus interesses não podem contar mais que os interesses de uma outra pessoa.⁵⁵

Entretanto, é preciso destacar que há vozes autorizadas, afirmando que este debate é inútil, ou, de maneira mais ponderada; assim como defensores do universalismo apontam que a defesa de uma só cultura (relativismo), pode esconder violações dos direitos humanos, onde os direitos da humanidade por inteiro é muito mais importante.⁵⁶

Dessa maneira as políticas humanitárias querem integrar uma só lei e uma só ética a ser seguida e respeitada por seres humanos do mundo todo, podendo assim chegar a senso comum.

⁵⁵ GLOBAL, Ética.op.cit. 2011.

⁵⁶ Cf. DIAS, José Francisco de Assis. op.cit. 2005, p. 310.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos concluir que a ética começou nos primórdios da civilização e chegou a globalização e tomou força com a proteção do Internacional como no caso da ONU, e se as relações humanas se estreitaram ali esta a ética para administrar essa relação cuidados de suas condutas .

A criação da ética é voltada proteger os seres humanos, onde a construção e priorização de valores tornou-se de extensão universal versando o senso comum.

Mesmo que haja o pluralismo de ideias e condutas a ética vem para moderar e conduta individual e a cultura de cada Estado, é impossível negar que pessoas do mundo todo não tenha pretensões em comum, como à vida, à liberdade, à segurança e a dignidade; isso acaba se tornando o senso comum a todos e tem sentido de universalidade.

Pode-se dizer que em sentido restrito, não existe uma ética global, mas se constata que existem valores universais comum à todos, onde se forma a integração social, jurídica e política. Com certeza, os professores comprometidos com a ética, influenciam eticamente seus educandos, dando sua contribuição na transformação da sociedade. Sabemos que isso se constata em longo prazo, mas com certeza no tempo presente influenciam a mudança de pensamento, de atitude, ou seja, a vida de seus educandos. Dessa forma, constrói-se uma escola compromissada com saberes profundos, onde as experiências são dinamizadas coletivamente entre cidadãos vindos do seu próprio processo de construção, que assumam sua postura diante da vida, e que escolham sempre o melhor para sua vida e para a sociedade. Uma escola capaz de olhar o educando em um todo, acolhê-los, propondo assim um

crescimento e desenvolvimento em todas suas dimensões, permite que se tenha uma educação com desenvolvimento completo de crianças e jovens, provocando, desse modo, uma grande mudança no futuro da sociedade. E mostrando que quando a ética é expressamente demonstrada e estudada conseguimos formar pessoas com senso de responsabilidade e respeito.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Guilherme Assis ; CHRISTMANN, Martha Ochsenhofer. **Ética e direito: uma perspectiva integrada**. São Paulo: Atlas, 2002.
- BITTAR, Eduardo C. B. **Curso de ética jurídica: ética geral e profissional**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
- CANDIOTTO, Cesar. **Ética: abordagens e perspectivas**. 2. ed. rev. e ampl. Curitiba: Champagnat, 2011.
- DIAS, José Francisco de Assis. **Direiومانos: Fundamentação Onto-teológica dos Direitos Humanos**. Maringá: Unicorpore, 2005.
- FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Direitos humanos fundamentais**. 11. ed. rev. e aum. São Paulo: Saraiva, 2009.
- FERREIRA JUNIOR, Arlindo. **Ética e crise na sociedade contemporânea**. Aparecida, São Paulo: Idéias e Letras, 2008.
- KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura**. Trad. por Manuela P. dos Santos e Alexandre F. Morujão. Lisboa: Fundação Kalouste Gulbenkian, 1989.
- MORAES, Alexandre de. **Direitos humanos fundamentais: teoria geral**. 8.ed. São Paulo:Atlas,2007.
- NALINI, José Renato. **Ética geral e profissional**. 7.ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009.
- OLIVEIRA, Manfredo A. de. **Correntes fundamentais da ética contemporânea**. 4. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.
- REALE, Miguel. **Filosofia do Direito**. 19.ed. São Paulo: Saraiva, 1999.
- REZEK, Francisco. **Direito internacional público: curso elementar**. 12. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2010.
- SEITENFUS, Ricardo ; VENTURA, Deisy. **Introdução ao Direito internacional Público**. 3.ed.rev.ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.
- COBRA, Rubem Q. **Immanuel Kant**. Disponível em:<WWW.cobra.pages.nom.br/internet/Brasília,1997>. Acesso em: 25 ago 2011.
- EDUCAÇÃO. Disponível em:<<http://www.multirio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/artigos/10388-%C3%A9tica-e-educa%C3%A7%C3%A3o>>. acesso em 26\11\2018.

EDUCAÇÃO. Disponível

em:<<https://educador.brasilecola.uol.com.br/comportamento/Etica-educacao.htm>.. acesso em: 26\11\2018

ÉTICA. Pesquisa.com. Disponível em: <WWW.sua

pesquisa.com/o_que_e/ética_conceito.htm-8k>. Acesso em: 30 jul 2011.

ETICA. Disponível em:<<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/direito/etica-na-educacao-faz-toda-a-diferenca/48226>> acesso em: 26\11\2018.

ÉTICA. Disponível

em:<https://www.suapesquisa.com/educacaoesportes/etica_escola.htm.

Acesso em: 26\11\2018.

ÉTICANA EDUCAÇÃO. Disponível em:< <https://www.webartigos.com/artigos/a-importancia-da-etica-na-educacao/111117/>. Acesso em :26\11\2018.

MORAL. Disponível em:<jexmen.blogspot.com/2008/03/diferena-entre-tica-e-moral.html-68k>. Acesso em: 31 jul 2011.